

ATA Nº 06/2023

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se, ordinariamente, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada-RS, com início às dezessete horas e trinta minutos, os membros do Comitê de Investimentos do RPPS, nomeados pela Portaria nº 648/2021. Neste encontro deliberou-se sobre a seguinte pauta: 1) Rentabilidade X Meta atuarial - Exercício 2023; 2) Cenário econômico; 3) Carteira de Investimentos; 4) Receita/despesa mensal; 5) Repasses contribuição patronal; e 6) Assuntos gerais. Inicialmente, a Presidente do Comitê de Investimentos, Sr^a Júlia Dezingrini, agradeceu a presença de todos e, em seguida, passou a palavra para a gestora dos recursos previdenciários, Luciane Vogt, que apresentou um resumo sobre a **Rentabilidade X Meta atuarial - Exercício 2023**, sendo que as aplicações do RPPS rentabilizaram 1,32% no mês de maio, representando o valor de R\$ 758.799,31 (setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos). No Exercício 2023, o percentual de rentabilidade alcançado pelos investimentos foi de 5,7882% frente a meta atuarial desejada para o período (IPCA + 5,20%) de 5,15%, o que significa que os investimentos atingiram até o final de maio 112,37% da meta. A rentabilidade acumulada em 2023 é de R\$ 3.193.459,37 (três milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos). O patrimônio aplicado ao final de maio totalizava R\$ 58.369.799,36 (cinquenta e oito milhões, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos). Na sequência, analisou-se o **cenário econômico** sendo que ao longo do mês de maio, dados de inflação mais fracos, com expectativas de estabilidade para a inflação mais a frente, somado a aprovação da nova regra fiscal do Brasil, que aparentemente fez reduzir os riscos de cauda para os rumos da política fiscal brasileira, foram gatilhos importantes para o aumento das projeções de corte na taxa Selic a partir de agosto. No cenário do exterior, logo nos primeiros dias de maio, houve decisões bastante importante tanto no mercado financeiro internacional quanto no mercado local. No Brasil, o destaque ficou por conta da aprovação na Câmara do novo marco fiscal, adicionando mais restrições do que o texto original. Contudo, seguem as visões de que o funcionamento da regra depende do contínuo crescimento da arrecadação para entregar o resultado primário prometido, e de que a dívida pública não será reduzida ou ao menos

estabilizada no curto prazo, evitando somente seu crescimento explosivo. O IPCA de maio teve alta de 0,23% na comparação mensal, abaixo da expectativa. Em relação à variação em doze meses, o índice de inflação recuou para 3,94% em maio, ante 4,18% em abril. Sobre os juros, a expectativa para a próxima reunião do COPOM é de estabilidade da Selic em 13,75%. Para o restante do ano, a aprovação do novo marco fiscal, a desaceleração da inflação (ainda que lenta) e a crescente expectativa de manutenção da meta de inflação em 3,00% pelo CMN na reunião do final de junho para os anos de 2024, 2025 e 2026 têm aumentado as expectativas dos agentes financeiros de que o ciclo de corte de juros se inicie entre as reuniões de agosto e setembro. Cabe ressaltar que o Banco Central tem atentado para a convergência das expectativas mais longas para a meta. Segundo o comentário do economista da consultoria de investimentos Referência, “o cenário está positivo à inflação brasileira e, conseqüentemente, aos juros: indicadores de preços em tendência de baixa, expectativas se ancorando, além do efeito de queda das commodities internacionais e do câmbio. Houve uma mudança de perspectiva para o Brasil – explicado também pela surpresa positiva com a economia – em que um maior otimismo refletiu positivamente nos preços de ativos de risco. Neste contexto, tudo indica que o início do afrouxamento monetário deve começar em breve. No entanto há uma série de indefinições que dificultam projeções mais assertivas, principalmente para a pergunta “até quanto a Selic pode cair?”. Embora a inflação implícita de horizonte curto tenha recuado aos menores níveis desde 2020, não podemos nos esquecer que o fator diferencial de juros tem um peso significativo. Com a Fed Funds rate podendo ainda subir e manter-se em patamar elevado por mais tempo, há um maior impacto nas expectativas sobre juros, o que atrapalha uma eventual redução mais acentuadas da taxa Selic. Ainda entendemos que devemos ter uma cautela com alguns ativos de longo prazo, continuamos a enxergar um cenário de maior desaceleração econômica, tanto global quanto local, conseqüência dos efeitos defasados dos apertos monetários promovidos pelos bancos centrais. Além disso, vemos um impacto cada vez maior da restrição a crédito causado pelos eventos mais recentes, apesar de reconhecer que os dados têm mostrado, de forma geral, economias mais resilientes do que o previsto. Assim permanecemos com a recomendação de que o DI entregará o que precisamos, sugerimos privilegiar ativos DI e IRF-M1. Quanto as despesas, utilizar ativos com menor volatilidade (IDKA2/IRF-M1 e DI). Para os ativos de

longuíssimo prazo (IMA-B 5+) estamos recomendando entrada gradual, diante de algumas incertezas. Para ativos de longo prazo (IMAB/ IMA G), recomendamos uma exposição entre 10% e 15%, podendo ser realocado caso o RPPS tenha uma exposição alta em algum ativo não recomendado, também poderá ser utilizado novos aportes. Já para o prefixado (IRF-M), estamos recomendamos a entrada gradativa em fundos atrelados a este benchmark. Na renda variável, continuamos sugerindo escolher bem os ativos neste segmento com viés passivos e, se o risco for de aceite dos gestores, entrada de forma gradativa. Com a alta da Selic, pode nos levar a pensar que a renda variável vai deixar de ser atrativa, mas não, somente devemos escolher bem os ativos domésticos e priorizar a gestão ativa neste segmento.” Ao final de maio, a **carteira de investimentos** do RPPS estava distribuída entre os seguintes benchmarks:

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
CDI	29.528.206,73	50,59
IDKA 2	5.734.807,05	9,82
IMA Geral	3.192.000,29	5,47
IRF-M 1	2.402.498,13	4,12
IMA-B	5.289.796,52	9,06
Exterior	372.342,56	0,64
IPCA	3.991.591,55	6,84
IMA-B 5	5.842.354,18	10,01
IBX-50	302.708,74	0,52
Multimercado	404.280,96	0,69
SMLL	336.720,69	0,58
Ibovespa	786.585,25	1,35
S&P 500	185.906,69	0,32
Total:	58.369.799,36	100,00

Fonte: Relatório Mensal – Maio/2023.

Avaliando-se o cenário econômico, as projeções e a atual distribuição de recursos na carteira de investimentos, assim como a sugestão enviada pela consultoria de investimentos, o Comitê definiu realocar recursos para iniciar a ampliação do prazo da carteira de investimentos: a) Resgate de R\$700 mil do Fundo BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A e alocação no fundo BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA; a) Resgate R\$1,0 milhão do Fundo CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO e alocação no fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS (CNPJ 14.508.605/0001-00). Na sequência, a gestora apresentou um resumo das **aplicações e resgates** realizados nos meses de maio e junho, assim como as operações realizadas com o BOVA 11 e o IVVB 11. Quanto à **compensação previdenciária**, o INSS repassou, em junho, o valor de R\$9.717,99, que foi

aplicado no fundo BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP. Quanto ao **enquadramento das aplicações do RPPS**, os investimentos estão atendendo tanto à Resolução 4.963/2021 quanto à Política de Investimentos aprovada para 2023. Na sequência, a gestora do RPPS apresentou o **relatório com as despesas da competência Maio/2023**: pagamento de aposentadorias R\$411.296,38; pensão R\$ 29.371,90; total da folha de benefícios R\$ 440,668,28. Além dos benefícios, foram custeados com recursos da taxa de administração: jeton dos membros do Comitê R\$ 1.150,34, consultoria de investimentos R\$1.831,86 (ref. 2 meses), R\$ 300,00 (sistema COMPREV), total despesas administrativas R\$ 3.282,20. Despesa total do RPPS no mês de maio: R\$443.950, 48. O **repasso da contribuição patronal** – Poder Executivo (31/05) R\$ 268.167,04; Poder Legislativo (31/05) R\$3.628,07. O repasse patronal está em dia, não havendo saldo a repassar do Exercício 2023. A **contribuição dos servidores** foi repassada integralmente ao RPPS em maio, no valor de R\$106.283,46. Ao encerrar o encontro, a Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu a presença de todos e a ata, após lida e impressa, será assinada pelos presentes. Chapada, 20 de junho de 2023.

O documento original encontra-se assinado e arquivado junto à unidade gestora do RPPS.